

Atividade Orientada.

Docente: Maria Neuza G Gomes de Souza

Discente: Efigenia Aparecida Tomaz

FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO TAQUARAL – MS, e a luta pela Terra em Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul foi desmembrado de Mato Grosso em 1977, possuindo hoje uma área de 350.548 km². O processo migratório para o Mato Grosso do Sul foi fator que mais contribuiu para o aumento populacional do Estado.

Segundo MINOZZO (1996) considera importante observar dois momentos: antes de 1950 – formação de fazendas de gado, exploração de minerais, a ocupação e defesa das fronteiras internacionais e após 1950 – industrialização e urbanização, modernização da agricultura, expansão da fronteira agrícola.

No Mato Grosso do Sul a situação fundiária é complexa. O sul do Estado, onde se concentra a maior produção agropecuária, ocorrem constantes conflitos pela posse da terra, envolvendo proprietários, posseiros, arrendatários e camponeses, expulsos das terras, querendo retornar à terra. Para acabar com estes focos de tensão social no sul do Estado, em 1983, o governo Estadual, juntamente com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) transferiu 565 famílias para o Assentamento Braço Sul em Colider (MT); 186 para Brasiléia no Acre e 40 famílias para Santa Luzia do Sul, também no Acre, totalizando 791 famílias transferidas.

Mas os problemas não foram resolvidos. Com a mecanização da soja e a ocupação pelos grandes proprietários de áreas de arrendamentos, que vinham sendo utilizadas no cultivo de subsistência, houve novamente um grande número de pessoas sem terra, transformando-se em assalariados moradores das cidades.

Pela falta de acesso às terras no Brasil, causada pelo latifúndio, associado ao capital agrário e financeiro na década de 1970, muitos agricultores brasileiros foram para o Paraguai, país vizinho ao Brasil. No início da década de 1980, estes agricultores, chamados Brasiguaios (brasileiros que produzem no Paraguai) enfrentaram problemas no Paraguai retornando ao Brasil com a esperança de conquistar a terra através da Reforma Agrária prometida pelo governo brasileiro. Estes brasileiros, juntamente com

aqueles que perderam suas terras no Brasil, organizam-se para lutar pela posse da terra para quem nela trabalha.

Em 1986, os agricultores organizados formaram acampamentos, mobilizando-se para lutar pela terra. Inicialmente estes acampamentos foram vítimas da repressão do Estado, muitos acampamentos foram destruídos pela polícia militar com o uso da violência. Apesar disto, os acampados não desistiram da luta e conseguiram áreas particulares ou de prefeituras para instalarem seus acampamentos e continuarem a luta pela posse da terra.

Na década de 80, os acampados moraram em barracos de lona e trabalharam como boias-frias nas usinas de álcool, na colheita de algodão, feijão, milho e café, das grandes fazendas da região.

No Mato Grosso do Sul a quase totalidade dos assentamentos implantados resultou de situações de conflito, ou seja, nasceram de alguma disputa pela posse e uso da terra (não necessariamente com uso da violência, embora esta esteja presente em muitos casos) entre os latifundiários, os camponeses sem-terra e o governo federal. Sendo que a iniciativa do pedido de desapropriação partiu, em maior parte, dos camponeses e seus movimentos. Portanto, neste contexto, o que parece ter pesado na implantação dos assentamentos rurais no Estado são as diversas formas de luta e enfrentamento desenvolvidas pelos movimentos sociais e sindicais que dela participam, pela conquista da terra (SILVA, 2008).

É importante ressaltar que, as ocupações de terra organizadas por tais movimentos são a forma de luta e pressão política mais eficaz para a desapropriação de áreas improdutivas e, conseqüentemente, a criação de assentamentos. Logo que, não só no Estado, mas no Brasil em geral, o número de assentados da Reforma Agrária com certeza não seria o mesmo, não fosse a pressão exercida pelos movimentos que com suas ocupações e acampamentos acabam por envolver de certa forma a sociedade como um todo na discussão de que é necessária uma melhor distribuição de terra para que haja uma melhoria nas condições de vida da nação (FERNANDES, 2012).

Depois de muita luta e organizados pressionando os órgãos do governo federal e estadual, em agosto de 1987, conseguiram uma área para assentamento provisório – Assentamento Provisório Santo Inácio – localizado no município de Anastácio, que posteriormente passou a se chamar Assentamento Provisório Marcos Freire. Neste assentamento provisório as famílias produziam o mínimo necessário para a

sobrevivência, em condições precárias, esperando a concretização da promessa de assentamento definitivo.

Cansados de esperar, em janeiro de 1989, estes assentados acamparam em Campo Grande, pressionando o Governo estadual a dar uma solução para o problema. Ficaram acampados por 30 dias, conseguindo em Brasília a desapropriação da fazenda Taquaral no município de Corumbá MS.

Segundo os relatos do entrevistado Sergio Pereira. Em 1989 fomos para Corumbá, na fazenda Taquaral, de onde fomos despejados e depois retornamos para sermos assentados em 20/09/1991,

Nos relatórios da CPT-MS, de 1993, destaca-se que a principal contribuição da CPTMS, foi o trabalho de organizar os trabalhadores sem Terra na luta pela terra, conforme cita um de seus membros Rodrigues:

Nós começamos a trabalhar com as famílias de Jequitibá. Entre Rios e o pessoal de Taquarussú, discutíamos com eles que saídas existiriam para os seus problemas. Foi, então que os companheiros disseram que seria interessante organizar uma Comissão e um grupo maior para reforçar a luta. A partir daí saímos fazendo um trabalho nos municípios e organizando o pessoal que não tinha terra, que pretendia lutar pela terra ou estava envolvido em conflitos. A infraestrutura que era necessária para o trabalho era toda da CPT, inclusive eu não sentia clareza de quem eu era, se eu era um membro da CPT ou se era um dos sem-terra, por isso, criei alguns atritos com alguns membros da CPT, que achavam que o Movimento dos Sem Terra não era um movimento consolidado, mas uma comissão subordinada à CPT (CPT, 2016. p. 35).

Em 1978, quando a CPT-MS iniciou sua atuação na grande Dourados, os pequenos proprietários vinham sofrendo com os altos preços dos utensílios agrícolas e os baixos preços na hora de vender os seus produtos. Na maioria das vezes eram obrigados a conviver com a figura do atravessador que acabava ficando com o possível lucro que lhe restaria.

Em 1983, na ata da Assembleia da CPT, constou que o latifúndio estava se consolidando cada vez mais, dos poucos sitiantes que ainda restavam, muitos estavam endividados com os financiamentos, outros estavam ficando cada vez mais apertados, 4 a 5 famílias ocupando a mesma área (pequena propriedade). A partir desta data, a atuação da CPT se deu de forma mais intensa junto aos Sem Terra em sua organização e luta pela terra.

Uma forma de organização na luta pela terra foi a fundação de sindicalismo autêntico, que promovesse a luta pela terra, comprometido com a luta dos trabalhadores, para promover cursos, preparar material e discutir o seu papel como instrumento de luta:

Segundo dados fornecidos pela FETAGRI-MS (Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Mato Grosso do Sul); em 1977, quando ocorreu a divisão do Estado de Mato Grosso, dando origem ao novo Estado, o de Mato Grosso do Sul, instalado em 01 de janeiro de 1979, este contava com apenas dez Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), sendo que três ainda não eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho naquela época. O primeiro STR fundado, pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul foi o de Coxim, o qual foi fundado em 1964, tendo pouco tempo de atuação, devido ao fato de ter sido cassado pela ditadura Militar em 1966. A partir daí, ficou fechado durante oito anos, voltando a ser reorganizado em 1974, por uma comissão de trabalhadores interessados (FETAGRI-MS,1977, p.32).

Referencias

FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária e Educação do Campo no Governo Lula.**

Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 7, n. 14 Agosto, 2012.

FETAGRI-MS (**Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Mato Grosso do Sul**). Famasul, 1977. Disponível em:

GONÇALVES, Carlos Walter Porto-; et al. **A Contra Reforma na Lei e na Marra-Brasil (2015-2017)**. In: CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2017**. Goiania: CPT Nacional, 2017, <https://portal.sistemafamasul.com.br/search/node/fetagri>. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

MINOZZO, Ivaneide Terezinha. **Estudo das origens dos assentados do projeto de assentamento Taquaral: um resgate histórico**. Projeto de Iniciação Científica apresentado no Curso de História. Corumbá; UFMS/CEUC, 1996

SILVA, José Eduardo Flores. **Direitos socioambientais, povos tradicionais e seus conhecimentos associados à Biodiversidade**. 2008. 17, p. Monografia (Bacharel em Direito). Universidade Federal do Paraná. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/30868/M%201006.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 20 janeiro. 2024.